



Vol. 4 - Nº 7 - Jan./jun. 2009

p. 373-385

## A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Solange Cachimiro Ferreira de Biazio<sup>1</sup> - FAECH  
Paulo Gomes Lima<sup>2</sup> - UNESPE

**Resumo:** Na busca pela qualidade e eficácia da educação oferecida, gestores de escola, educadores e especialistas têm repensado a ação pedagógica sob uma perspectiva mais pluralista, que se abre à construção de políticas participativas (principalmente após os anos de 1980) e que, de fato, norteiem a ação pedagógica a partir da problematização da realidade vivida pelos distintos atores sociais. Este artigo se propõe a estudar essa perspectiva por meio da análise do papel participativo da família no processo de elaboração do projeto político-pedagógico da escola, tendo como eixo norteador de sua construção a participação coletiva da comunidade intra- e extraescolar como elemento transversal, característica de sociedades democráticas propriamente ditas ou em processo. Por meio de uma revisão de literatura sobre o tema, concluiu-se que a escola poderá atuar de maneira mais significativa quando o direito de vez, voz e voto for materializado de forma explícita por todos os representantes envolvidos na dinâmica da vida escolar.

**Palavras-chave:** Projeto político-pedagógico. Família e escola. Planejamento participativo.

### THE PARTICIPATION OF THE FAMILY IN THE PEDAGOGIC POLITICAL PROJECT OF THE SCHOOL

**Abstract:** In the search for the quality and effectiveness of the offered education, school managers, educators and specialists have been rethinking the pedagogic action under a more pluralist perspective than she opens up to the construction of politics participative (mainly after the years of 1980) and that, in fact, orientate the pedagogic action starting from reality lived by the different social actors. This article intends to study this perspective through the analysis of the paper of the family in the process of elaboration of the Pedagogic Political Project of the school, tends as axis of your construction the community's collective participation intra and extra-school as traverse element, characteristic of democratic societies properly said or in process. Through a literature revision on the theme was ended that the school can act in a more significant way when the right once and for all, voice and vote be materialized in an explicit way by all the representatives involved in the dynamics of the school life.

**Keywords:** Political-pedagogic project. Family and school. Participative planning.

## 1. INTRODUÇÃO

O projeto político-pedagógico é o documento norteador da escola em sua totalidade. Nesse sentido, abrange a reflexão sobre a realidade, a operacionalização sobre a mesma e encaminhamentos projetivos sobre as ações e as metas que a escola desenvolverá em curto, médio e longo prazo.

O processo de reflexão do projeto político-pedagógico deve, necessariamente, ser fruto de uma participação coletiva, interagindo regularmente a comunidade intraescolar com a comunidade extraescolar.

Observa-se, portanto, que o processo de comprometimento dos pares na elaboração e no levantamento de prioridades deve compreender uma dimensão democrática em que todos tenham direito de vez, voz e voto.

Dentre os participantes da confecção do projeto político-pedagógico figura a família como uma parte indispensável na sua concepção, tendo em vista o seu grau de relevância na construção da ideia e da ação cidadã na sociedade. A projeção do que os pais esperam da escola e mesmo da possibilidade de sua participação ativa na construção desse documento ainda é um ponto polêmico, quer por conta dos próprios pais, quer por conta da escola, que, não raras vezes, entende de forma parcial o real sentido da participação coletiva propriamente dita.

Embora a defesa da participação da família no projeto político-pedagógico da escola seja um discurso que vem sendo abordado até exaustivamente por professores e reconhecido como necessário, as ações efetivas para viabilizar a parceria necessária entre a comunidade e a ação pedagógica da escola ainda representam uma dimensão muito pequena frente à tomada de consciência da importância do tema, que evoca a participação como elemento diretriz no encaminhamento de soluções para a coletividade.

A própria denominação de “projeto político-pedagógico” sugere uma ação coletiva, tendo a escola como instrumento articulador dos interesses coletivos. Assim, as ações objetivadas pela escola, as tomadas de decisões que nela acontecem e o próprio fazer pedagógico do professor requerem diálogo, discussão e posicionamento político com todos os envolvidos no processo educacional.

Historicamente, a participação de grupos sociais nas diferenciadas instituições humanas estabelecidas dá-se por representatividade, destacando-se que esta, muitas vezes, não se configura como instrumento verdadeiramente válido dos anseios de distintos grupos sociais, quando, por exemplo, coloca de lado seu papel e assume o discurso de grupos hegemônicos. O mesmo processo acaba acontecendo na escola, onde, além de a aproximação entre representante e representado ser um veículo constantemente desprezado, muitas questões dos interesses das famílias e comunidade extraescolar deixam de ser problematizadas e encaminhadas de forma pontual, evidenciando-se, não raras vezes, pacotes prontos de ações da equipe técnica escolar com pouco ou nenhuma participação docente.

Diante de tais provocações, a finalidade deste artigo é problematizar a parti-

cipação da família no cotidiano escolar e, em específico, na construção do projeto político-pedagógico da escola. Com o objetivo de contextualizar a problemática proposta, refletiremos em torno de eixos, próprios ao objeto em estudo. Em número de cinco, compreendem:

- O projeto político-pedagógico como incorporador de realidades e de encaminhamentos da escola.
- A construção do projeto político-pedagógico na convergência coletiva.
- Família e escola: considerações históricas.
- A família na concepção do projeto político-pedagógico.
- Ações promotoras da participação da família no projeto político-pedagógico.

## **2. O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO DOCUMENTO INCORPORADOR DE REALIDADES E DE ENCAMINHAMENTOS DA ESCOLA**

Recentemente, na busca de uma educação de qualidade que atenda, de forma eficiente, às necessidades enfrentadas pela escola, muito se tem discutido em torno da importância da construção do projeto político-pedagógico na e para a instituição escolar.

Cada vez mais, educadores e especialistas em educação têm assumido o projeto político-pedagógico como uma construção possível e necessária ao alcance de uma ação pedagógica eficiente. Isso significa firmar compromisso político revelado nas ações cotidianas da prática docente, visto que “[...] todo fazer pedagógico abarca conseqüências políticas, sejam elas desejáveis ou não” (MENDES, 2000, p. 12).

Em se tratando da ação educadora, que, por caracterizar-se politicamente, delega às partes envolvidas neste processo uma tomada de posição frente aos ideais de sociedade, de homem e educação; se prevê uma sistematização organizada e responsável dos objetivos a serem alcançados e dos passos a serem percorridos pela escola.

Neste sentido, o projeto político-pedagógico, além de ser o documento norteador da ação do professor, é rico instrumento em favor da escola como um todo. É através dele que serão traçadas as prioridades e as metas e estabelecidos os meios pelos quais se espera alcançá-las. Torna-se ele um mapa em construção, que mostra o que vai ser feito, quando vai ser feito, de que maneira e por quem, mas, ao mesmo tempo, flexibiliza-se mediante as recorrências observadas no processo de sua operacionalização.

Embora seja a escola o cenário em que o projeto político-pedagógico se efetiva, não se devem perder de vista as diversas relações que se travam em torno dela, tanto na dimensão intra- como extraescolar. As tomadas de decisão deixam de ser tarefa exclusiva dos professores ou do corpo administrativo, para assumir o

caráter político e democrático necessários para o desenvolvimento das metas objetivadas por um grupo maior. Como propõe Mendes (2000, p. 13):

O fazer pedagógico não se limita à atividade da sala de aula, embora esta seja a mais importante do processo, se estende às questões da administração escolar, da articulação da escola com a comunidade, o que requer também competência política.

Assim, o projeto político-pedagógico assume também caráter de integrador de “anseios e desejos”, ao passo que se processa a partir da realidade histórica social, possibilitando identificar as causas dos problemas que assolam a escola e permitindo definir coletivamente medidas adequadas para superá-las.

Nesta direção, articular as diversas categorias envolvidas na elaboração do projeto político-pedagógico implica conhecer a realidade sobre a qual se deseja atuar. É necessário que se conheçam os conflitos e as contradições enfrentados pela escola e seus interlocutores para que se estabeleçam as reais prioridades para o projeto.

Veiga (2003, p. 23), ao propor a construção do projeto político-pedagógico, destaca três atos distintos, porém interdependentes, como caminhos necessários ao desenvolvimento do processo definidos pela autora em número de três, a saber: ato situacional, ato conceitual e ato operacional.

Por ato situacional entende-se o levantamento das questões acerca dos desafios oferecidos pela realidade atual da sociedade. É necessário que se conheça a escola de forma profunda sob todos os aspectos, sejam de ordem financeira, administrativa, pedagógica, histórica e/ou social; bem como identificar a população-alvo e sua realidade econômica, social e cultural. Em outras palavras, é o momento de se estabelecerem relações entre o fazer pedagógico e as questões sociais pertinentes ao cotidiano da comunidade intra- e extraescolar.

Estudada a realidade sobre a qual se dará a ação pedagógica, é oportuno que se estabeleçam as concepções em torno da ideia de homem, sociedade e escola que se pretende construir, propiciando aos envolvidos no processo uma reflexão em torno da educação a ser oferecida e para qual sociedade. Nessa segunda etapa, definida por ato conceitual, é importante que seja evidenciado o conjunto de bases teóricas sobre as quais os diferentes atores sustentam o perfil de escola e de indivíduo a ser formado e para que sociedade. Vale destacar que uma ação pedagógica sem fundamentação é muito mecanicista e de valor relativo, por isso cabe aos educadores discutirem, juntamente com os pais e representantes, a sustentação epistemológica de sua ação pedagógica como possibilidade de se elaborarem vetores que aplicam e mais se aproximam da vontade coletiva.

Por fim, o ato operacional estabelece as ações que viabilizarão o projeto político-pedagógico e, a partir dele, papéis serão definidos e as prioridades elencadas. É o momento de execução do projeto, em que são tomadas as diretrizes, pontuadas as ações prioritárias e determinado o tipo de gestão escolar.

### 3. A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NO ESPAÇO COLETIVO

A concepção do projeto político-pedagógico exige posicionamento político frente à realidade na qual se pretende atuar. Não há como pensar em um projeto educacional sem debruçar-se em um estudo criterioso da própria sociedade e das relações que nela se constroem.

Para que as ações a serem concebidas sejam assumidas verdadeiramente por todo o grupo, é necessário, no entanto, que todas as aspirações possam ser ouvidas e as opiniões debatidas na busca de uma direção sob múltiplos olhares, como propõe Vianna (1986, p. 23), ao definir o planejamento coletivo: “Genericamente, o planejamento participativo constitui-se uma estratégia de trabalho que se caracteriza pela integração de todos os setores da atividade humana social, num processo global, para a solução de problemas comuns.”

Garantir que a construção e a execução do projeto político-pedagógico sejam pautadas no coletivo, como bem reza a Lei Federal nº 9.394/1996 em seu artigo 14, ao prever a participação dos profissionais da educação, da comunidade e das instâncias colegiadas; requer do gestor escolar a tomada de consciência de suas ações fundamentada na participação coletiva e, como consequência deste primeiro ato, envidará esforços para promover a abertura da escola em todos os sentidos, principalmente à família, para que possa contribuir enquanto instituição com suas opiniões e reivindicações, essências para se pensar a escola e a educação a partir de outras perspectivas. Um dos condicionantes favoráveis ao entrosamento da família neste conjunto é um trabalho pela conscientização da importância de sua contribuição na elaboração e concretização do projeto político-pedagógico, pois a consciência de si e dos outros se dá também na consciência de um mundo material concreto e que solicita respostas.

O projeto político-pedagógico, por se estruturar a partir da realidade sob a qual se dá a ação pedagógica, seus conflitos e contradições devem considerar a maneira como está organizada a sociedade atual e estar consciente de seu papel enquanto instituição nesse contexto.

Neste sentido, as tomadas de decisão do grupo, fundamentadas em sua realidade, é que regerão a ação pedagógica democrática da escola; e, em âmbito maior, refletirão no modelo de sociedade vigente, sendo espelho da transformação ou da afirmação desta. É o que propõe Paro (2002, p. 103), ao refletir a ação administrativa da escola, onde “[...] a educação poderá contribuir para a transformação social, na medida em que for capaz de tornar-se instrumento em poder dos grupos sociais dominados em seu esforço de superação da atual sociedade de classes”.

Assim, portanto, a escola peca ao mascarar a sua finalidade específica de compartilhar com todos o saber historicamente acumulado quando não oportuniza a participação dos envolvidos neste processo, priorizando uma minoria e contribuindo para com a manutenção do antagonismo de classes.

O projeto político-pedagógico deve ser entendido como um processo contínuo, que não se finda em sua concepção, mas que nasce e se desdobra a partir da leitura da realidade concreta. Não há como alcançar êxito em sua execução quando o projeto se torna um produto de si próprio. A flexibilidade é um vetor constante e sempre presente em cada etapa da elaboração do projeto e na auscultação dos atores sociais. Desta maneira, as deliberações administrativas e as ações do professor se vincularão como reflexo dos objetivos e metas previstos no projeto político-pedagógico.

Neste sentido, a avaliação assume um papel de policiamento diagnóstico permanente do desenvolvimento do projeto político-pedagógico enquanto elo entre o planejado e o que, de fato, foi possível alcançar ao longo do processo. É oportuno destacar que a participação colegiada, reunindo pais, corpo docente, comunidade escolar e a comunidade local propicia um momento de (re)avaliação das ações estabelecidas, portanto, o resultado desse processo será sempre um passo em busca de aperfeiçoamento.

Pensar em uma proposta de projeto político-pedagógico pautada na coletividade significa então promover a socialização do poder — é o que propõe a gestão educacional democrática. A autoridade deixa de centralizar-se nas mãos de um só para estender-se às demais instâncias.

Embora o projeto político-pedagógico, sua concepção e execução sejam fruto de uma mobilização social em favor das novas exigências anunciadas e vivenciadas pela comunidade local, está vinculado a órgãos administrativos, responsáveis em definir normas gerais de gestão democrática eficazes. Como espelho de valores e de princípios locais, o projeto político-pedagógico deve buscar harmonia entre as diretrizes nacionais e a realidade escolar, ao passo que sua aprovação passará pelas mãos de um órgão superior (secretaria de ensino/delegacia de ensino).

[...] aos órgãos da administração central, seja o Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Estadual ou Municipal, não compete propor um modelo pronto e acabado, mas definir normas de gestão democrática, como previsto no artigo 14, com a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar e local e instâncias colegiadas. (VEIGA, 2003, p. 23).

Há que se considerar, que embora exista uma unidade nacional a ser preservada, ao aplicar políticas não integrativas que desconsideram as diversas realidades regionais, os órgãos superiores responsáveis terminam por homogeneizar as relações sociais e, por consequência, vetar a construção do projeto político-pedagógico sob a perspectiva da coletividade.

Como vimos, o projeto político-pedagógico é muito mais do que um documento norteador da prática docente. É a própria expressão da vida da escola de forma global, tomando-se como fato a sua organização pautada na participação coletiva em que a equipe gestora da escola entende a importância de todos os pares do processo e as questões colocadas em evidência são problematizadas e encaminhadas. Vale lembrar, nessa diretriz, que a dimensão norteadora deste trabalho apontou alguns caminhos possíveis de viabilizar a participação da família frente ao cenário das relações entre esta e escola na sociedade atual.

Ao evocarmos tais questionamentos, é pertinente, no entanto, que façamos menção, de forma breve, da origem histórica da escola enquanto instituição destinada à educação, sua real finalidade e suas relações com a família.

Em princípio, há que se considerar que, embora as discussões em torno do projeto político-pedagógico sejam cada vez mais presentes na fala de muitos educadores, a sua concepção consiste em matéria nova, com desafios ainda por trilhar que demandam a superação de velhos paradigmas; visto que a escola ainda permanece fechada ao diálogo frente às questões pedagógicas e às próprias tomadas de decisão. A própria forma como se estrutura atualmente a nossa sociedade constitui empecilho para que ocorra a verdadeira efetivação do planejamento participativo. Estamos acostumados a receber imposições prontas e acabadas sem qualquer questionamento, até mesmo em razão da trajetória histórica pela busca da democracia em nosso país, que não previa, ao longo das décadas, uma participação ativa e articulada fundamentada na coletividade. Como aponta Rosenfield (1994, p. 46): “[...] se o cidadão se vê reduzido a dizer sim ou não a algo que lhe é imposto como escolha, ele termina por perder o sentido da comunidade”.

Outra consideração necessária é a própria composição da família, que se estruturou de forma diferenciada ao longo dos séculos, determinando limites em seu papel em relação à escola e à própria educação. As composições diversas de família denotam ideais distintos decorrentes da própria organização social vigente.

Muitos professores tomam por hábito considerar a educação como função própria e exclusiva da escola, que só se concretiza aos cuidados de uma instituição com esses fins. Ocorre, no entanto, que, ao resgatarmos as comunidades primitivas e sua forma de organização, vemos que a função educativa, desde os primórdios, se definia como função espontânea da sociedade em um esforço comunitário. “O ensino era para a vida e por meio da vida” (PONCE, 2000, p. 19). Aprendia-se a fazer fazendo.

A educação iniciada no lar restringia-se, na sociedade primitiva, a cuidados físicos; e a tarefa de educar não consistia em dever exclusivo da família, mas estendia-se a vários indivíduos, instituições, comunidades, igrejas, clãs e grupos sociais.

Ao percorrermos os registros da Idade Média no período correspondente aos séculos XII a XVIII, deparamo-nos com a realidade da infância no contexto

familiar da sociedade da época, que contribuiu de forma significativa para com a atual forma de estrutura familiar, bem como suas considerações acerca da infância.

Nesse referido período não havia uma preocupação demasiada em torno da infância, até então pouco conhecida e representada em suas características peculiares. A aprendizagem se dava por meio do convívio com adultos, sendo que a educação formal oferecida em instituições específicas e até então raras, só fazia parte inicialmente da realidade dos clérigos. Em geral, ao completar entre sete e oito anos, a criança era abandonada aos cuidados de outra família que não a sua, responsável então pela educação e ingresso dela no mundo adulto pelos próximos sete anos.

Nesse ambiente, a criança seria responsável pelos afazeres domésticos, considerada como aprendiz. Os sentimentos da infância, representados por meio da arte medieval em retratos de família, diários e pinturas da referida época, demonstram a ausência de conhecimentos e a indiferença com que era tratada essa etapa da vida. Também as vestimentas, padronizadas tal qual as vestes dos adultos, colocavam a criança em uma posição de adulto, embora em menor estatura. Raras eram as vezes em que a criança era retratada sozinha visto que havia sempre um contexto de vida adulta.

Despreendida de sua família e entregue aos cuidados de pessoas estranhas, com as quais deveria ser educada, as relações familiares eram estreitadas e pouco valorizadas. “A família não podia, portanto, nesta época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos.” (ÁRIES, 1981, p. 158).

A partir do século XV, a educação passou a ser oferecida cada vez mais por instituições escolares, embora ainda atendendo a uma minoria e com o propósito por parte da família em vigiar os filhos e isolá-los do mundo dos adultos. Não havia, inicialmente, a preocupação com a divisão de classes por idade, o que ocorreu bem mais tarde, visto que “o objetivo da escola não era a educação da infância” (ÁRIES, 1981, p. 187), mas a transição para a vida adulta.

O fato de a educação deixar de ser somente fruto das relações da criança com o mundo adulto aproximou a família da realidade infantil e abriu portas para o convívio familiar. Até então não existia a preocupação com educação, já que a criança estava em contato direto com o mundo adulto e assim garantida a sua aprendizagem. Esse novo processo demandou, no entanto, tempo, não atingindo da mesma forma todas as camadas sociais.

A trajetória da educação formal foi marcada ao longo dos séculos pela manutenção do antagonismo de classes. Durante muito tempo as classes menos favorecidas continuaram a contar com aquela “educação” fruto do espontaneísmo social. Mulheres, pobres e indígenas permaneceram excluídos, ora por não terem acesso à escola, ora por lhes ser oferecido um currículo diferenciado.

Tais considerações nos revelam o quanto atual é o processo de democratização do ensino e nos leva a refletir os rumos tomados pela educação, sua finalidade e as relações entre família e escola.



## 5. FAMÍLIA E ESCOLA NA CONCEPÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Fruto do crescimento da comunidade e, ao mesmo tempo, instrumento em favor da escola, o projeto político-pedagógico apresenta desafios atuais, ao passo que abarca questões sociais pertinentes. Nesse contexto, figura a família, como representante legítimo do cenário social no qual a escola está inserida, digna de ser ouvida e convidada às questões que a escola deve deliberar em benefício da coletividade, incluindo também as perspectivas pedagógicas.

Como parte integrante das instâncias colegiadas da escola representada nas tomadas de decisão por: Conselho de escola, Conselho de classe, Grêmios estudantil e Associação de pais e mestres, a família nem sempre tem participado de forma efetiva de tais instâncias, ora por conta da falta de motivação por parte da escola, ora por desconhecê-la a real importância dessa contribuição. Tal atuação tem sido realizada a caráter de mero controle burocrático, em cumprimento de normas da fiscalização, como bem aponta Veiga (2003).

Há que se considerar, no entanto, que, até o ano de 1978, segundo Vianna (1986), os pais eram chamados à escola apenas para que se pudesse dar cumprimento às determinações regimentais, o que justifica a ausência da família às questões de ordem político-pedagógica.

Considerando aqui a importância de um planejamento da ação pedagógica pautada na construção coletiva, há que se considerar a participação de forma efetiva da família enquanto instituição nesse processo. Uma escola que não promove a integração da comunidade escolar e não ouve os anseios da família não pode dizer-se democrática e tampouco garantir-se eficiente. Ao ignorar a realidade da comunidade intra- e extraescolar e vedar a sua participação, a escola reforça seu papel como veículo de promoção da exclusão social, ao passo que desconsidera o cenário político, histórico e social sob o qual se dá a prática pedagógica.

Incorporar a família no processo de elaboração e também de execução do projeto político-pedagógico demanda compromisso social, o que significa romper com aquela concepção ingênua da escola como mera agência de transmissão de saberes historicamente acumulados.

Vale ressaltar que não estamos considerando aqui como participação efetiva da família na escola a frequência em reuniões de pais e mestres ou o auxílio em atividades extraclasse (lição de casa), mas, sim, a oportunidade de discutir questões de ordem político-pedagógica que estruturam e fundamentam o projeto político-pedagógico na busca pela qualidade da educação oferecida e exercício da cidadania por meio da participação nas tomadas de decisão da instituição, ouvidas todas as partes.

Convidar a família às questões político-pedagógicas não significa transferir responsabilidades, isentando a escola de seu papel — o que significaria decretar a sua ineficiência diante de sua própria função —, mas deixar de gestar uma prática autoritária para garantir à família a liberdade de exercer a democracia em seu sentido pleno.

Nesse contexto, não há como conceber um projeto político-pedagógico da escola sem considerar a família como parte significativa no conjunto de suas deliberações e sem a adoção de um plano eficiente de gestão com base na democracia. É necessário que a escola seja capaz de incorporar e considerar as pluralidades em nível de participação como um valioso instrumento para se pensar como instituição, tomando a leitura da realidade da comunidade como aliada no processo de intervenção e transformação, como propõe Rosenfield (1994, p. 39), ao conceituar liberdade:

A sua significação repousa na criação de um espaço comum onde os homens se reúnem para deliberarem juntos sobre seus problemas coletivos, não somente sobre os grandes problemas do estado, mas sobre tudo o que diz respeito do bairro à escola e seus assuntos comuns. Somente assim podem os indivíduos desligar-se de seus negócios privados, intervindo na resolução dos problemas da coletividade.

Não há, portanto, como ignorar o grau de participação da família enquanto instituição social nas tomadas de decisão da escola, que, exercendo hoje o papel de formadora da sociedade, deve estar aberta às questões de ordem coletiva que atingem a comunidade extraescolar.

## **6. A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Atualmente, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) instituiu o “Dia Nacional da Família na Escola”, e publicou a cartilha: “Educar é tarefa de todos nós: um guia para a família participar, no dia-a-dia, da educação de nossas crianças” (Brasil, 2002); em um esforço de motivar a participação das famílias nas atividades escolares. Tal iniciativa, embora fruto de um modelo de política importada de países como os EUA, com realidades muito adversas, representa a preocupação das autoridades educacionais do país em provocar tais discussões em torno da participação da família na escola.

Há, no entanto, que se considerar a diversidade cultural, econômica e social de cada escola, visto que não há como conceber um planejamento participativo sob a perspectiva de políticas adversas à realidade na qual se dá a ação pedagógica. Ao propor políticas prontas como manuais de instruções sem a participação dos pares envolvidos na execução do projeto, perde-se de vista a fundamentação política necessária à concepção do projeto político-pedagógico.

Em outras palavras, não existem receitas prontas aplicáveis a realidades distintas quando se trata de ações educacionais que promovam a participação da família na escola. Tais relações só serão concebidas se gestadas na escola como um todo (com todas as instâncias colegiadas).

Para que se alcance êxito ao propor a participação efetiva da família no projeto político-pedagógico, é necessário que a própria escola, como organizadora e gestora do projeto, esteja segura e convicta da importância de tal parceria, para que, ao convidar a família, as questões político-pedagógicas sejam eficientes e alcancem a credibilidade da comunidade.

É necessário que a escola promova com frequência momentos de diálogo em que corpo docente, funcionários, pais e comunidade local possam pensar juntos o projeto político-pedagógico, elencando prioridades de ordem econômica, social e cultural. Entretanto, tais oportunidades devem ser sistematizadas e as etapas aqui já pontuadas, segundo Veiga (2003), obedecidas, para que não seja evidenciado o cumprimento de rotinas burocráticas. Há que se convocar a família porque de fato se acredita na importância dessa contribuição.

O diálogo em torno das questões pedagógicas denota parceria, cumplicidade, excluindo a subordinação e o exercício do poder sobre os chamados “leigos”.

Aos profissionais de educação cabem ações pedagógicas dignas de um planejamento coletivo condizente com uma política educacional democrática e fruto das aspirações de uma maioria, sem a pretensão de mascarar a finalidade da educação enquanto mediadora da transformação social. Para tanto, faz-se necessária a implantação de políticas educacionais coerentes, pautadas na diversidade regional, que assegurem de fato a autonomia da escola na elaboração do seu projeto político-pedagógico e que assegure a formação crítico-social do professor. São desafios ainda por fazer.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto político-pedagógico tem sido um forte aliado da escola na busca por uma educação de qualidade, condizente com seu papel de construtora da cidadania. Está, no entanto, esse êxito vinculado à possibilidade de articulação das diversas categorias envolvidas, principalmente a família, na concepção, na execução e na avaliação do projeto.

Articular a família nas questões político-pedagógicas da escola, enquanto instituição integrada e integrante da sociedade, requer posicionamento político e adesão a uma proposta de educação democrática em favor dos interesses de uma maioria. Requer conhecer as consequências da ação pedagógica e sua fundamentação teórica.

Estudar, refletir e analisar a realidade da comunidade intra- e extraescolar, nesse contexto, compreende um esforço coletivo para o exercício do cidadão enquanto ator social de sua própria história. Vivenciar os problemas comuns que caracterizam a sociedade por meio da estrutura familiar consiste em quesito primordial na efetivação do projeto político-pedagógico e torna-se um dos caminhos

para uma educação democrática.

Garantir a legitimação do direito de vez e voto dos pares participantes de forma direta ou indiretamente da ação pedagógica consiste em tarefa ainda por fazer, que exige o esforço de toda a sociedade no que se refere à consciência de si enquanto cidadão para um esforço conjunto pelo exercício da democracia. Perante tais considerações é que o trabalho coletivo participativo se concretiza, de forma a atender plenamente aos anseios que a realidade cultural, histórica e social provoca.

Professores e especialistas em educação devem estar atentos a tais reflexões, buscando respaldar-se teoricamente a fim de atender, de modo satisfatório, às exigências que a concepção do projeto político-pedagógico demanda.

## 8. REFERÊNCIAS

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: JC, 1981.

BRASIL, MEC. Lei 9.394/96 - **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Promulgada em 20/12/1996. Editora Brasil S/A São Paulo.

BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Educar é uma tarefa de todos nós: um guia para a família participar, no dia a dia, da Educação de nossas crianças**. Brasília: Assessoria Nacional do Programa Parâmetros em ação, 2002.

MENDES, Rosa Emília de Araújo. Projeto político pedagógico em favor da Escola. **Revista AMAE Educando**. N. 291. Belo Horizonte, maio 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. 4. ed. São Paulo: Ed. Brasileira, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

Veiga, Ilma Passos Alencastro; RESENDE. Lúcia Maria Gonçalves de. **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento participativo na escola: um desafio ao educador.** São Paulo: EPU, 1986 (Temas Básicos de Educação e Ensino).

## NOTAS

1 Professora da Rede Municipal de Ensino de Hortolândia/SP. Pedagoga pela FAECH. E-mail: paulolima@ufgd.edu.br.

2 Doutor em Educação Escolar pela Unesp de Araraquara/SP. Professor Adjunto da Faculdade de Educação-UFGD. Pós-doutorando em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP. E-mail: paulogl.lima@gmail.com..

Recebido em: 8/5/2009.

Aprovado para publicação em: 14/8/2009.